


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA

 Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16)
 3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº:	0000170-55.2000.8.26.0233
Classe - Assunto	Cautelar Inominada - Medida Cautelar
Requerente:	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ibaté
Requerido:	Município de Ibaté Prefeitura Municipal

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação cautelar movida pelo **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ibaté** em face do **Município de Ibaté**. Sustenta, em essência, que os servidores estavam há meses sem receber seus salários, mas, após reunião do autor com o réu, em outubro de 2000 os atrasos foram sanados. Apontou receio de que o Município não pagasse os salários de outubro, novembro, dezembro, bem assim, da gratificação natalina naquele ano. Requereu, em sede de liminar, inclusive, o bloqueio dos repasses de ICMS e FPM.

Liminar concedida a fl. 55.

O Município apresentou resposta suscitando preliminares de inépcia da petição inicial e de ilegitimidade ativa. No mérito sustentou ausência de atraso nos pagamentos aos servidores (fls. 91/317), acrescentando que o pagamento referente ao mês de outubro foi impossibilitado pela liminar concedida.

Em audiência realizada em 23 de outubro de 2000, homologou-se o acordo a que chegaram as partes, revogando-se a decisão antecipatória (fl. 318).

Após comunicação sobre o não pagamento da gratificação natalina, determinou-se novo bloqueio a fl. 375.

Em seguida o autor informou o pagamento e pediu o desbloqueio (fl. 380); pedido deferido a fl. 387.

Município informou a ausência de débitos municipais com os servidores a fl. 400.

O autor postulou a aplicação da multa prevista no acordo homologado porque o décimo terceiro salário apenas foi pago após a determinação de bloqueio de fl. 375.

Para possibilitar ao autor a realização de cálculos, determinou-se que o Município comprovasse o valor devido (fl. 424).

Manifestação do Município a fls. 427/628.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16) 3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em 25 de outubro de 2004, o autor apresentou manifestação dizendo-se credor de R\$ 21.951,85 referentemente à multa pactuada (fls. 631/632).

A fl. 838 decidiu-se pela citação do município na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil, a qual não ocorreu.

Após nova manifestação do autor, a fl. 881 decidiu-se pela intimação do Município para oportunizar os cálculos do credor apresentando documentos.

Manifestou-se o município informando que os documentos integravam os autos, bem assim reiterando o pagamento da gratificação natalina em 29 de dezembro de 2000.

Deferiu-se o pleito de perícia contábil a fl. 891, cujo laudo está encartado às fl. 920/1.035 e complementado às fls. 1.212/1.216.

Manifestou-se o autor postulando a homologação do laudo a fl. 1.256.

Manifestação do réu pugnando pela extinção do processo em razão do cumprimento do acordo e, alternativamente, pela complementação do laudo.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

De início, proceda a serventia aos atos necessários para a conservação e correta autuação do termo de audiência de fl. 318 que se está anexado na contracapa do primeiro volume, se o caso, para cadastrá-lo no sistema informatizado.

O processo merece ser extinto pela satisfação da obrigação.

O acordo homologado em audiência no dia 23 de outubro de 2000 (fl. 318) decidiu sobre a questão de fundo da demanda e tem força de sentença (CPC. Art. 449). Desde então, prosseguiu-se com o único objetivo de apurar o descumprimento da avença e eventual aplicação da multa ajustada.

De partida, não se vislumbra descumprimento que torne exigível a multa, tampouco justifique a manutenção da ação, principalmente porque o acordo previu, de maneira genérica, as datas de 12, 19 e 30 de dezembro de 2000 para pagamento da gratificação natalina, sendo que o município, ainda que motivado pela decisão de fl. 375, cumpriu o pactuado no dia 29 de dezembro do mesmo ano.

Verifica-se que o autor agiu de maneira antecipada desde a propositura da ação, bem como quando formulou o pedido de fls. 373/374, sem que se operasse o inadimplemento.

Pois, merece aplicação o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, o qual impõe, na hipótese, a superioridade dos interesses da sociedade diante do pedido do Sindicato.

Sobre o tema: *"O interesse público é supremo sobre o interesse particular, e todas as condutas estatais têm como finalidade a satisfação das necessidades coletivas. Nesse sentido, os interesses da sociedade devem prevalecer diante das necessidades específicas dos indivíduos, havendo a sobreposição das garantias do corpo coletivo, quando em conflito com as necessidades*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16)
3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de um cidadão, se analisado isoladamente. Em razão desta busca pelo interesse público, a administração se põe em situação privilegiada, quando se relaciona com os particulares". (CARVALHO, Matheus; Manual de Direito Administrativo, p. 56, 2016).

Não se pode prejudicar o erário levando a efeito a multa pactuada, cujo objetivo foi atingido; tanto que não se prosseguiu para forçar o pagamento de salários ou da gratificação natalina. Busca-se, desde o início, o acessório.

A multa não é exigível.

A prova pericial produzida é inócua, porquanto a exigibilidade da multa não dependia de análise pelo auxiliar da justiça.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o cumprimento de sentença, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Intime-se.

Ibaté, 16 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**